

## RAZÃO, REALISMO E VERDADE: O QUE NOS ENSINA O ESTUDO SOCIOGNITIVO DA REFERÊNCIA

MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMÃO  
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

*o único mundo real é o 'mundo das aparências': o  
'mundo verdade' é gerado pela mentira.*

F. Nietzsche . *O crepúsculo dos ídolos*

**ABSTRACT** *In this paper we shall examine some recent developments in the study of reference, namely those which assumes a textual, interactive, social-cognitive view of the phenomenon, and point to new contributions that Fauconnier's Mental Spaces 'Theory can make to this study, focusing mostly the conceptual blending process. In addition, we reflect upon the consequences of this social-cognitive view to the rationalists' theories of mind and language, as well as to current theory of knowledge and epistemological debates.*

**1.** A oportunidade desta publicação é o reconhecimento da grandeza da lingüística de Ingedore G. Villaça Koch no cenário acadêmico brasileiro.

Sem a sua persistência na escolha do texto como legítimo objeto da investigação lingüística, é pouco provável que tivéssemos uma nova e vibrante geração de pesquisadores dedicados a este estudo nos termos em que a Professora Ingedore Koch o coloca: como “forma de cognição social” (Koch, 2002:157):

Os textos como forma de cognição social permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. É em razão desta capacidade que são excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção, preservação e transmissão do saber. **Determinados aspectos da nossa realidade social só são criados por meio da representação dessa realidade e só assim adquirem validade e relevância social**, de tal modo que os textos não só tornam o conhecimento visível mas, na realidade, sociocognitivamente existente. A revolução e evolução do conhecimento necessita, e exige, formas de representação notoriamente novas e eficientes. (...)” (grifos meus)

É importante destacar a relevância desta enunciação num tempo em que as condições correntes da sociabilidade se identificam pela sua “reflexividade”; de fato, a pertinência na cultura globalizada de massas é cada vez mais dependente de uma astronômica produção textual : hipertextos, noticiários *on line* durante vinte e quatro

horas, *chats* na internet, acessibilidade comunicativa ilimitada via telefonia celular, quantidades patológicas de publicações sobre todos os tópicos ...

Tratando da interpretabilidade desta algaravia, uma das dimensões mais estimulantes da produção de Koch tem sido os estudos da **referência textual**, primeiro praticados como interpelação da “coesão referencial”, de clara inspiração hallidayana, mas, depois, crescentemente voltados para a processualidade da relação referencial. Os trabalhos de fins da década de noventa (vários deles em parceria com Luís Antônio Marcuschi) reverberam convictamente a tese de que “a referenciação constitui atividade discursiva”.

Tais trabalhos, ricos em elucidativa exemplificação, são elaborados com o rigor de quem professa não só inoxidável compromisso com a ciência mas também a exemplar vocação da docência. É a estes estudos que desejo acrescentar minha contribuição como homenagem: acredito que o cultivo de gestos modelares torna possível à humanidade derrotar o melancólico vaticínio da epígrafe nietzschiana.

2. A contemporânea discussão da referência emerge em meio à forte inflexão da cogitação filosófica, ocorrida em fins do século XIX: no rastro da desconstrução da metafísica, a questão central da filosofia deixa de ser a relação entre o pensamento e o mundo e passa a ser a relação entre a linguagem e o mundo.

Essa temática aparece com clareza na crítica da linguagem como instrumento da racionalidade científica (crítica empreendida pela filosofia analítica). Reaparece também nas diversas formas de crítica da cultura, que tratam a degradação da linguagem (a “alienação”) como sintoma da perversão das relações sociais<sup>1</sup>.

Do lado da filosofia analítica, de onde procedem as semânticas formais (inclusive as semânticas lingüísticas), a questão da referência e da verdade é reduzida à relação de correspondência entre representações simbólicas e estados-de-coisa-no-mundo (ou num qualquer outro universo de discurso): assim, todos aprendemos ser verdade que “a neve é branca” se, e somente se, a neve for realmente branca ...

Como observam Lakoff e Johnson (1999), em seu trabalho mais recente<sup>2</sup>, a teoria correspondentista da verdade constitui majestosa petição de princípio: define verdade em termos da correspondência entre linguagem e mundo (mediada por uma, ou mais de uma, ordem de conversão simbólica) mas não esclarece, em nenhum momento, em que consiste, ou como se produz esta correspondência.

Na versão fregeana, os sentidos, que são entidades abstratas **não-mentais**, selecionam os referentes das expressões lingüísticas, provavelmente por estipulação; Montague, que radicaliza a versão fregeana, trata os sentidos como funções matemáticas, cuja operação é igualmente opaca no plano das línguas humanas.

A pragmatização deste processo por John Searle mantém, estranhamente, a mesma desencarnação: o ato de referenciar é praticado por uma abstrata capacidade comunicativa, em transcendência das condições materiais da referenciação.

---

<sup>1</sup> Ver, a este respeito, Lacoste (1988).

<sup>2</sup> Refiro-me, especialmente, ao capítulo “*Realism and truth*”, p. 94-117.

As teorias causais da referência<sup>3</sup>, buscando superar o abismo entre representação simbólica e objeto da representação, postulam que esta vinculação proceda de um ato histórico originário, estabelecido rigidamente como condição de verificação das relações referenciais subsequentes. A inflexibilidade deste vínculo acaba tornando-o inservível para explicar a interpretação lingüística, haja vista a brilhante discussão do paradoxo de Kripke por Gilles Fauconnier<sup>4</sup>. De todo modo, este “ato histórico originário” da fundação da relação linguagem-coisa parece suspeitosamente reeditar o mito da linguagem adâmica.

Uma linha alternativa de argumentação procura enfrentar os impasses do correspondentismo através da adoção da “hipótese internalista” sobre o sentido. Impossibilitadas, ainda aqui, de superar o fosso entre linguagem e mundo, estas semânticas (também desprovidas de sujeito) deslocam o escopo da diferenciação significativa para o âmbito da própria linguagem. Realizando à maravilha o suposto estruturalista de prover todas as definições em termos de contrastes distintivos intrassistêmicos, tais abordagens corroboram a hipótese forte sobre a incomensurabilidade entre as línguas humanas.

Nestes termos, expõem-se à crítica de Johnson-Laird de pouco contribuírem para a explicação do funcionamento da interpretação lingüística, na medida em que incorrem na “falácia simbólica” (de se retraírem da comunicação do mundo).

Na verdade, correspondentismo e internalismo constituem duas faces da mesma moeda – da reificação das polaridades “linguagem” e “mundo” para praticarem a exclusão do sujeito, de cuja atividade mental e comunicativa pode decorrer a superação desta dicotomia.

Evidentemente, não pretendemos neste ponto retroceder, renegar a “virada lingüística” da Razão filosófica e restabelecer a precedência de um sujeito homogêneo e transcendente, capaz de auto-conhecimento e imune à experiência, autônomo frente às determinações da biologia e da história. Tal recuo seria injustificável frente ao volumoso acervo de descobertas sobre o “inconsciente coletivo”<sup>5</sup> (*vis-à-vis* o “inconsciente freudiano”).

A dimensão cujo resgate reivindicamos, e que não constitui nenhuma apolínea “forma de vida”, é a do **trabalho ecológico do sujeito cognitivo, do sujeito discursivo**: tal trabalho caracteriza-se como ecológico por orientar sua ação numa específica moldura (física, mental, social) e por movimentar contínuas semioses para a construção do sentido como entendimento localmente validado.

Com relação à situação teoricamente constitutiva da **continuidade das semioses**, é curioso constatar que as semânticas dessubjetificadas (nas suas versões “externalistas” ou “internalistas”) operam a interpretação por uma espécie de descamamento simbólico, multiplicando as representações metalingüísticas, num reconhecimento “oblíquo e dissimulado” de que só a atividade semantogênica pode prestar-se a encobrir o buraco negro da falta do sentido.

---

<sup>3</sup> Putnam, H. (1981). *Reason, truth and history*. Cambridge: Cambridge University Press.,

<sup>4</sup> Ver, especialmente, o 5º capítulo, p.155-158.

<sup>5</sup> Cf. Lakoff e Johnson (1999:9-15).

Esplêndido exemplo desta condição é colhido por Bortoni e discutido em belo texto de Marcuschi (2001) sobre o caráter ativo e colaborativo da vinculação referencial. Transcrevo o exemplo (fragmento de diálogo entre uma benzedeira e uma entrevistadora universitária, nos arredores de Brasília):

- (I)
1. B Outros traz um agradinho, um sabão assim
  2. E Traz o quê?
  2. B Traz um agradinho de -- alimento, né?
  4. E Como é que a senhora chama?
  5. B Conceição Moreira
  6. E Não!
  7. B Ah!

O desentendimento, neste caso, nasce da busca do entendimento. É óbvio que E, desde sua primeira participação neste fragmento, está engajada num processo metalingüístico de descoberta, focado no item lexical *agradinho* (2. *Traz o quê?*). Na seqüência deste procedimento, E emprega a construção 4. *Como é que a senhora chama?*, supondo o reconhecimento por sua interlocutora de um objeto direto nulo anafórico. No entanto, a construção usada é também suscetível de interpretação idiomática como “*demanda por identificação pessoal do interlocutor*”. Tal fato enseja que B, a entrevistada, considere razoável a interpretação idiomática de 4, no interior da moldura comunicativa *entrevista*, dentro da qual B se situa. A entrevistadora manifesta seu desapontamento, do qual B parece rapidamente se dar conta.

Sobre este fragmento de conversa, Marcuschi observa com perspicácia não ser o conhecimento partilhado da língua utilizada condição suficiente para a compreensão. Tal constatação (aplicável a tantas de nossas próprias experiências de desentendimento) constitui invalidação empírica de todas as teorias semânticas concebida em transcendência do sujeito e que se caracterizam, como é óbvio, por se centrarem na linguagem como código.

Assim, o movimento comunicativo de E qualifica-se como completamente inexplicável para o correspondentismo frege-montagueano, que faz *tabula rasa* da dimensão cognitiva do sentido: afinal, os sentidos deveriam ser intrinsecamente pareados com seus signos, dos quais selecionariam a referência.

Já a teoria causal da referência poderia justificar a ação de E como busca do gesto designador originário; seria, no entanto, incapaz de dar conta da situação em que o desentendimento irrompe, pois a necessária desambiguação aqui opera não no campo das referências, mas no plano das intencionalidades.

Por último, as semânticas internalistas também pouco teriam a dizer. Talvez pudéssemos (num esforço de boa vontade) considerar a investigação metalingüística de E como uma tentativa de definição sistemática. Seria impossível, entretanto, explicar o problema da interpretação de 4 já que as semânticas internalistas são, por princípio, infensas ao tratamento teórico do contexto comunicativo.

Na contramão destes insucessos, os estudos sobre a linguagem, de inspiração interacional ou discursiva<sup>6</sup>, tem-se mostrado amplamente aptos a explicar a produção do sentido como espaço cooperativo dos participantes na cena comunicativa.

Entre as abordagens processuais da referência, parece-me mais promissora a teoria dos espaços mentais, desenvolvida por Gilles Fauconnier, desde meados dos anos oitenta, e refinada e consolidada com a contribuição de numerosos colaboradores no decorrer da década de noventa.<sup>7</sup>

A teoria dos espaços mentais focaliza a dimensão cognitiva do desdobramento do discurso em planos epistêmicos; as relações referenciais realizam-se nestes domínios, por natureza temporários, e que constituem ferramentas do processamento discursivo: os “**espaços mentais**”. Diferentemente de noções comparáveis (como, por exemplo, a de “universos possíveis”), os espaços mentais são internamente especificados por herança, seja de bases de conhecimento estabilizado (modelos culturais, *scripts*, esquemas conceptuais), seja de outros espaços mentais previamente originados. Sendo assim, sua especificação é sempre parcial, atendendo exclusivamente às necessidades comunicativas de enquadramento ou de especificação. Tais condições fazem da teoria dos espaços mentais um instrumento adequadamente poderoso para explicar a dinâmica da interpretação em tempo real.

Assim é que problemas clássicos dos estudos da referência tem encontrado nesta teoria soluções elegantes e persuasivas: vide o tratamento que Fauconnier<sup>8</sup> oferece para as questões da opacidade referencial, das descrições definidas e indefinidas, para operações sobre domínios (como, por exemplo, quantificação ou modalidade) para transferências de estruturas entre domínios (pressuposições, analogias, correspondências condicionais e contrafactuais).

Para exemplificar a aplicabilidade da teoria dos espaços mentais, considere-se o caso de resolução de uma pseudo tautologia, atestada no seguinte contexto comunicativo: o enunciador de (II), abaixo, procura uma pessoa, com quem nunca esteve diretamente e de quem conhece o nome e outros traços definitórios; nesta busca, o enunciador de (II) encontra alguém com quem passa a conversar até que constata, por acidente, ser a pessoa com quem conversava a mesma pessoa a quem procurava. No relato desta experiência, II vem a ser enunciada:

(II) Aí eu descobri que ela era ela.

A pseudotautologia consiste no fato de que o pronome pessoal *ela*, replicado na oração subordinada como sujeito e como objeto, projeta, em cada instância, informação diferente procedente de domínio conceptual *diferente*. O sujeito *ela* refere-se ao indivíduo na situação do discurso relatado (a pessoa com quem o enunciador conversava); o predicado *ela* refere-se à identidade pessoal até então não materializada

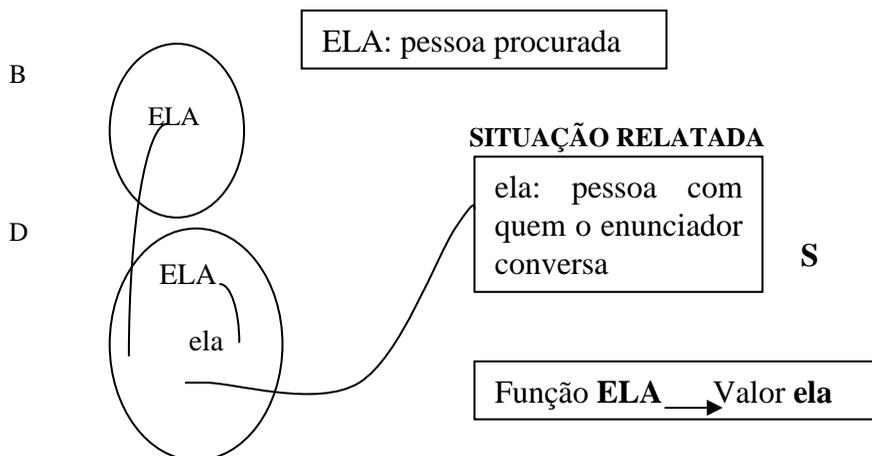
---

<sup>6</sup> É o caso dos trabalhos reunidos no volume 41 dos Cadernos de Estudos Lingüísticos, da Unicamp.

<sup>7</sup> Vide, por exemplo, a coleção de estudos organizados por Fauconnier e Sweeßer (1996) ou o conjunto de artigos reunidos na seção sobre espaços mentais na coletânea de Jean-Pierre Koenig (1998).

<sup>8</sup> Vide Fauconnier (1994) e (1997).

numa instância concreta e cuja existência o enunciador pressupõe (a pessoa a quem o enunciador procurava) A equação “*ela era ela*” dá-se no domínio conceptual da **descoberta**, espaço epistêmico no qual se verifica a projeção da função *ela* (pessoa procurada) no valor *ela* (indivíduo presente na situação comunicativa relatada). Esquemáticamente, a configuração é a seguinte<sup>9</sup>:



A esquematização ressalta o fato de que a interpretação de (II) requer o reconhecimento de pelo menos três planos discursivos: (i) o domínio de fundação do discurso (espaço mental B) que ancora a auto-identificação do enunciador, suas coordenadas indexais e pressuposições originárias; (ii) a situação relatada S, esquema conceptual que estrutura elementos relevantes da memória; e (iii) o domínio conceptual da descoberta (**espaço-metal D**), que projeta elementos de B e S na relação função/valor.

É importante destacar que se nos detivéssemos na superfície lingüística, ao modo das análises hallidayanas, seríamos levados a estabelecer **uma cadeia coesiva entre os dois pronomes, aparentemente co-referenciais**. O refinamento da análise, entretanto, com o reconhecimento dos diversos planos cognitivos em que se organiza a enunciação, revela, entre outras coisas, que os dois pronomes não pertencem à mesma cadeia referencial: o primeiro deles efetiva um processo de designação específica (como o faria qualquer Nome Próprio), enquanto o segundo referencia uma função (independente do indivíduo que a satisfaça). Sem o trabalho cognitivo que inferencie e ofereça todas as informações implícitas, a enunciação seria, de fato, incompreensível.

A complexidade interna desta relação anafórica (pois é de anáforas que se trata: anáforas impenetráveis se não relativizadas às cenas conceptuais motivadoras de sua

<sup>9</sup> Na notação sugerida por Fauconnier (1997), e que eu tenho consistentemente adotado, círculos indicam “espaços mentais” e quadriláteros indicam “domínios conceptuais estáveis”.

enunciação) ilustra, ainda uma vez, o princípio da escassez do significante, apanágio de toda semiose, lingüística ou não-lingüística<sup>10</sup>.

De fato, um dos atrativos desta abordagem cognitiva da referência é que os domínios epistêmicos postulados não são exclusivamente suscetíveis pelo significante lingüístico: a interpretação de qualquer diagrama requer espaços mentais; do mesmo modo, espaços mentais são necessários para a identificação de um objeto no interior de seu enquadre físico ou para a antecipação mental de uma trajetória – seja pelo atacante batendo um pênalti, pelo goleiro calculando a direção da bola, pelo cirurgião planejando a incisão que irá praticar com o bisturi. Tais projeções multissemiológicas são centralmente constitutivas do trabalho da significação.

As abordagens discursivas e cognitivas da referência convergem no reconhecimento da cena comunicativa como condição fundadora dos processos interpretativos: a divergência teórica entre elas se produz por uma diferenciação de ênfase nas respectivas agendas de pesquisa. Enquanto os estudos discursivos mais se guiam pelos aspectos sociais da gênese do sentido (a microfísica da interação, os gêneros textuais, as ordens ideológicas subjacentes), os estudos cognitivos têm preferido focalizar os processos mentais de categorização e esquematização, as projeções entre domínios epistêmicos, as transferências figurativas da estrutura conceitual, o gerenciamento do fluxo discursivo.

Qualquer que seja a perspectiva escolhida, o conjunto de generalizações, empiricamente estabelecidas, sobre a semântica das línguas humanas oferece condições para a superação do impasse solipsista que a filosofia analítica se impõe. Nestes termos, abre-se o horizonte para a postulação não-metafísica do realismo como estância epistemológica cultivável pelos estudos da linguagem.

Esta suposta “virada realista” requer, entretanto, ulterior elaboração; considerado todo o acervo de saberes discursivos ou cognitivos, poderíamos, a este ponto, considerar-nos equipados para definir *a verdade como construção semântica, comunicativamente validada*. Há, hoje, notabilidades filosóficas, de Habermas a Gadamer, que subscreveriam tal definição.

Entretanto, por maior que seja o charme desta hipótese (em contraposição, por exemplo, à alternativa correspondentista), ela nos ameaça com outro buraco negro - o risco relativista de reduzir a verdade a mero acordo intersubjetivo. Sem condições complementares de ancoragem, estaríamos simplesmente substituindo a aventura monológica do Espírito por uma algaravia ensurdecadora, igualmente impotente para satisfazer nossa originária nostalgia do mundo.

**3.** Pois, na verdade, é das “coisas” que se trata. Como dizem Fauconnier e Mark Turner, na abertura do décimo capítulo de seu novo livro, capítulo caracteristicamente denominado “Things” (Fauconnier & Turner, 2002)

---

<sup>10</sup> Ver, sobre este ponto, meu trabalho “A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos de linguagem”, publicado em *Veredas*, Revista de Estudos Lingüísticos, (4); 61-79.

(...) Uma das mais cativantes singularidades que apresentamos como seres humanos é o fato de que continuamente inventamos, exibimos e nos vinculamos afetivamente a coisas. Nós as fabricamos, carregamos, consultamos, ensinamos como usá-las, nos enfeitamos com elas e até mesmo as damos de presente. Por que?

Esta é uma incômoda questão, também no plano epistemológico: afinal, por que é que queremos saber das coisas, se na verdade, só podemos ter acesso a elas mediadamente, na condição de projeções simbólicas? Por que fazer da nossa teoria da relação com as coisas – ou seja, da teoria da referência – o problema fundador da semântica?

O fato, como veremos, é que a natureza essencialmente social da cognição torna imprescindível que disponhamos de âncoras materiais para as integrações conceptuais, através das quais rompemos as barreiras de nossa “internalidade” (nossa experiência mental subjetiva). Assim é que precisamos das “coisas” para não nos sentirmos isolados nestes “assustadores espaços infinitos” ...

O processo de ancoramento material da cognição é o grande tema que norteia os estudos do antropólogo cognitivo Edwin Hutchins (1995, 2002), o qual toma para objeto de investigação artefatos como relógios, bússolas, termostatos, painéis de navegação aérea, telas de caixas eletrônicas, os mais diversos tipos de mostradores. Hutchins demonstra com muita agudeza que a invenção e o uso de qualquer destes artefatos requer a deflagração de complexos processos de mesclagem (*blending*) conceptual.

**Mesclagens conceptuais**<sup>11</sup> são processos cognitivos, identificados e postulados no seio da teoria dos espaços mentais. Tratam das relações projetivas entre vários domínios conceptuais, que levam à emergência de um novo domínio (o **domínio-mescla**), cuja estrutura interna proceda simultaneamente de, pelo menos dois, domínios-fonte. O mapeamento simultâneo é licenciado por uma convergência topológica entre os domínios-fonte, que são enquadrados segundo um esquema genérico em comum.

Consideremos, como exemplo, o conhecido verso de Drummond “*Perdi o bonde e a esperança*”: a coordenação dos dois conjuntos “*o bonde*” e “*a esperança*”, originariamente díspares como espaços conceptuais, constitui um único domínio-mescla, licenciado pela grande metáfora conceptual “o tempo é um valioso recurso” (“*tempo é dinheiro*”; “*perdi muito tempo neste emprego*”), a qual tem como expressão secundária “experiências vividas são propriedades” (“*Gastei toda a minha paciência*”; “*ganhei ânimo com a notícia*”; “*tenho esperanças no Brasil*”). A força da expressão poética explica-se pela mobilização de um labirinto de associações conceptuais: “*perder o bonde*” é, por exemplo, uma metonímia (em relação a “*perder o horário do bonde*”), por sua vez elaborável em uma nova metáfora “*perder o bonde da história*”. A concisão da fórmula produz a integração de uma vastíssima rede conceptual, articulando modelos culturais profundamente naturalizados. É esta eficácia cognitiva que torna o verso memorável.

---

<sup>11</sup> Fauconnier (1997) e Fauconnier & Turner (2002).

Mesclagens conceptuais explicam a eficácia cognitiva de Drummond. Também explicam a eficácia cognitiva de um objeto ao mesmo tempo trivial e poderosamente presente em nossas vidas: o relógio de pulso. O relógio de pulso, admiram-se Turner e Fauconnier (2002), é um extraordinário exemplo de espaço-mescla.

A mesclagem de que se trata presume como primeiro domínio-fonte uma outra mescla, a “*rede do dia cíclico*”, em si mesmo uma espantosa experiência de compressão simbólica, através da qual percorremos o irredutível fluxo de cada dia, na ilimitada seqüência de todos os dias, como se vivêssemos sempre no mesmo dia (a mesma ordenada distribuição de tempos): hora de levantar, tomar café, trabalhar, hora do almoço ...

O segundo domínio-fonte é o domínio da “*métrica do tempo*”, uma construção cultural a nós disponível desde os babilônios, pela qual dividimos o dia em 24 horas (dois ciclos de doze horas, em Inglês marcados A.M e P.M), 1440 minutos e 86440 segundos.

Estes dois domínios-fonte, por natureza simbólicos, projetam-se num espaço físico circular, percorrido por dois “*ponteiros rotativos*” que materializam concretamente a mescla do “*ciclo do dia*” com a “*métrica do tempo*”: o ponteiro menor contrai o ciclo original de 24 horas em dois ciclos de 12 horas; de outro lado, os intervalos temporais são mapeados em doze arcos (assinalados pelo ponteiro menor) ou em sessenta arcos (assinalados pelo ponteiro maior); deste modo indicam-se as horas e os minutos.

É tão forte a naturalização desta admirável criação cultural e cognitiva que, de fato, a esvaziamos de sua condição semântica e a tratamos como “coisa”, tal qual fazemos com todos os signos. Assim, ensinamos as crianças a “olhar” as horas, como se o tempo se fizesse registrar automaticamente ... Do mesmo modo, nos surpreendemos com a ingerência humana no “mundo das coisas”; a vigência do “horário de verão” nada mais é que a determinação governamental de uma correspondência entre dois grandes domínios conceptuais, organizados em termos do esquema do “*dia cíclico*”: assim, a entidade que no espaço mental “*Inverno*” é identificada como “*seis horas da manhã*” será projetada, no espaço mental “*Verão*”, em sua contraparte “*cinco horas da manhã*”. Estabelecer esta correspondência conceptual é, na vida prática, uma questão de “atrasar” ou “adiantar” os relógios.

Na verdade, não há nada de excepcional em criar espaços mentais pela simples manipulação das coisas. Quando ajusto o meu microondas para degelar uma lasanha, instancio um espaço espistêmico futuro no qual a lasanha descongelada figura como contraparte do objeto que integra o espaço mental Base, de onde inicio esta operação. A programação do microondas (a programação do tempo de cozimento e a temperatura interna do forno) equivale, no plano das ações, a um enunciado modal deôntico: minha ação tem o propósito de gerar uma nova situação no mundo.

Todos estes fatos nos levam a concluir pela inequívoca materialidade da vida simbólica, ou, dito de outro modo, pela inescapável semiologização da vida material (para imensa tristeza dos cartesianos de todos os matizes). De resto, esta refutação do dualismo espírito/matéria reflete o caráter eminentemente social da cognição. Consideremos, ainda uma vez, a experiência de uso dos relógios de pulso: na verdade os usamos para garantir a comensurabilidade de nossos estares-no-mundo; a certeza de

que os relógios marcam o mesmo horário subsidia nosso sentimento de estarmos juntos no tempo.

A externalidade destas formas simbólicas que se afiguram “coisas” tem a finalidade de construir nossa condição de pertinência a um grupo social específico, o qual, em consições históricas assemelhadas, faz sentido – o mais coletivo de todos os modos de produção.

O relógio de pulso, sendo como é emblema da temporalidade, da precariedade e da dispersão ontológica, decreta pelo seu uso a morte do relativismo como escolha epistemológica da espécie.

*Boutade* à parte, nosso entusiasmo pode parecer surpreendente frente à crítica que antes enunciamos ao “universalismo” desencarnado dos clássicos, representado, entre muitos cognitivismos (e.g. o cognitivismo fodor-chomskyano), pela adesão a um conceito de mente que é expressamente a-histórico e imune à experiência, restrito a puro processamento de informação. O avanço das ciências cognitivas permite-nos pensar em um novo universalismo, assim como em uma nova razão, compatíveis com um conceito de mente<sup>12</sup>, autorizado por imperiosa evidência empírica, como **rede de conexões neurais operando em continuidade ecológica com o ambiente imediato**, num fluxo de energia recíproca.

Esta continuidade mente/mundo, nos termos de Minsky (1986), antes de ser descartada como biologismo reducionista, encontra respaldo na concepção radial da cultura, endossada por estudos contemporâneos da antropologia cognitiva. Assim, diz Hutchins (2000):

(...) **Um grupo social é um sistema cognitivo** com propriedades distintas daquelas apresentadas pelos indivíduos que o compõem. (...)” (grifos meus)

Na verdade, na medida em que cada um dos sujeitos, que participa deste grupo, adquire, pela aprendizagem, o conjunto de representações das experiências das gerações precedentes, na forma de um acervo de modelos culturais, este indivíduo passa a ter acesso a uma base de dados que seria incapaz de constituir no decurso de sua vida pessoal. Neste sentido, o conhecimento, como o próprio Hutchins proclama, além de ser uma condição psicológica, é a maior de todas as realizações sociais. Na mesma linha, é possível afirmar que cultura é cognição distribuída.

O tratamento da cognição como rede social e o reconhecimento da dimensão material da experiência cognitiva impelem-nos, no mesmo movimento, a abandonar duas dicotomias fundadoras da Razão no Ocidente: o dualismo corpo/mente e a distinção sujeito/objeto.

Os processos de integração/mesclagem conceptual de que tratamos, decisivos para a interpretação simbólica e, nestes termos, para a ordenação de nossa relação com o mundo, encontram a mais nobre de suas aplicações na constituição da própria cena comunicativa, de que participamos como pessoas do discurso e na qual radicamos toda a experiência de percepção, concepção, referenciação e identificação das coisas.

---

<sup>12</sup> Ver, sobre este ponto, Varela, Thompson e Rosch (1993).

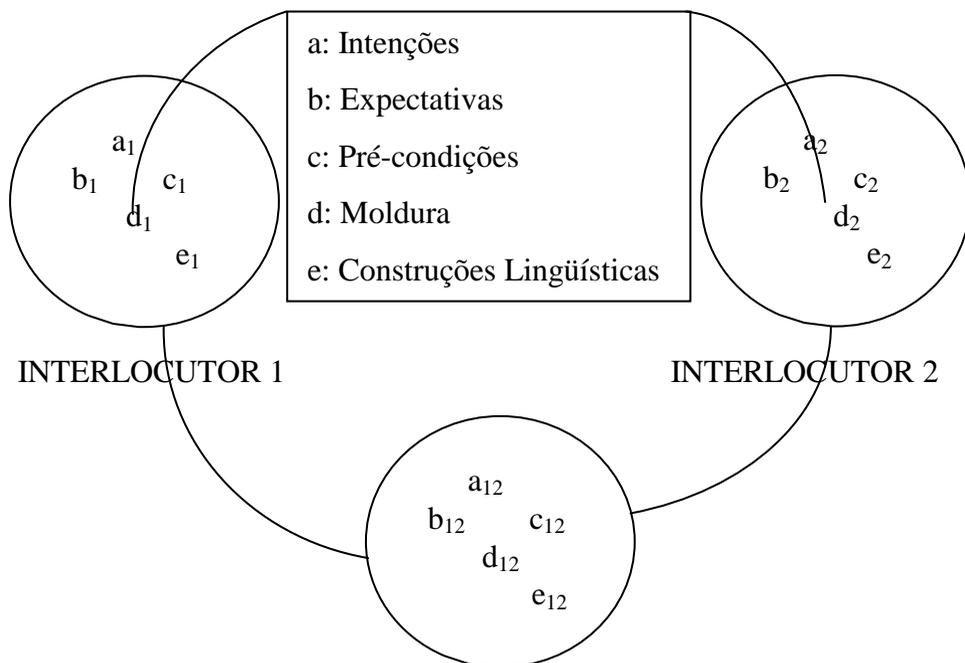
A rede cognitiva, como a delineamos, é, por definição, rede comunicativa, nas condições hoje amplamente conhecidas pela disseminação dos trabalhos de Vygotsky (1978) e Bakhtin (1981), aos quais devemos acrescentar as descobertas empíricas de Michael Tomasello (1999) sobre a ontogênese da linguagem humana.

Os estudos de Tomasello e seus colaboradores distinguem a aprendizagem cultural humana de outras formas de aprendizagem animal pela capacidade humana de engajamento em três tipos de atividades (aprendizagem imitativa, aprendizagem instruída e aprendizagem colaborativa) cujo desenvolvimento presume

(...) uma modalidade muito especial de cognição social: a possibilidade de organismo individual compreender seus co-específicos como **seres que são como ele mesmo**, que têm uma vida mental e intencional como a sua própria. (...) Esta capacidade de se imaginar como outra pessoa permite que o ser humano não só aprenda **com** os outros, mas aprenda **através** dos outros. (...) (Tomasello:1999:5-6).

Esta específica condição de reflexividade procede pela projeção a partir de domínios conceptuais distintos (as identidades comunicativas que interagem no discurso), as quais se relacionam homologicamente a partir de um esquema genérico da ação comunicativa (esquema que corresponde à propriedade diferencial de conceber o outro como a si mesmo), e daí emerge um espaço-mescla em que o aprendiz se redefine como participante no discurso a partir de elementos projetados da ação de seu interlocutor.

A presente leitura que faço da hipótese de Tomasello, à luz da teoria de Fauconnier e Turner sobre mesclagem e integração conceptual, aparece formatada no seguinte diagrama:



## ESPAÇO-MESCLA INTERLOCUTOR 1'

A aprendizagem de linguagem supõe, pois, três grandes processos que se interpenetram:

- (i) **a construção discursiva da auto-identidade**, pela exploração de correspondências internas às configurações interativas;
- (ii) a apropriação, por esta via, do **conhecimento cultural**, pré-requisito à integração social; e
- (iii) **a representação das “representações” comunicativamente encenadas** na forma da rede de construções lingüísticas (léxicas e gramaticais) cujo domínio viabiliza as operações cognitivas de mais alto nível (pensamento dialógico, redescrição representacional, raciocínio abstrato, etc).

A ontogênese de semiose lingüística capacita a cognição humana a duas operações diferenciadas, frente às outras experiências de cognição animal:

- (a) a possibilidade de referenciar o fisicamente ausente e desdobrar os planos da referenciação (pela criação de espaços mentais): esta condição permite ao ser humano narrar a história, contar estórias e inventar o futuro;
- (b) a possibilidade de enquadrar variavelmente a cena conceptual evocada, conforme as necessidades comunicativas: este “encilhamento” inevitável de representação-do-mundo pela representação-de-si dramatiza inapelavelmente a semiose lingüística.

Na verdade, o fato de que a representação do mundo encontre na moldura interacional o seu ancoramento necessário impede que a atividade simbólica se despegue como ordem da realidade independente, monólogo da Razão desencarnada, suscetível à crítica nietzschiana da epígrafe.

**4.** A questão do antagonismo “*mundo das aparências/reino da verdade*”, cuja formulação, como matriz da reflexão filosófica, retrocede no Ocidente, aos pré-socráticos, encontrou, nestes dois mil e quinhentos anos, fortuna mutável – ora foi respondida com otimismo, ora com profunda desesperança.

As contribuições que a pesquisa empírica sobre a cognição humana acumulou nas duas últimas décadas diminuem consideravelmente a aura de mistério (e, possivelmente, de encanto) associada a esta grande indagação.

Na perspectiva sócio-cognitiva não há cesura entre linguagem e mundo. O realismo cognitivista (não-metafísico) reconhece que o mundo existe e que a mente é inseparável do mundo, em sua materialidade e em sua história: de fato, a mente é parte do mundo e, nesta condição, **não o representa, mas atua nele, e o transforma ao transformar-se**. Por isso, nesta perspectiva, é impossível conceber a verdade como transcendência ou a liberdade como autonomia da situação em que a cognição se produz.

Descartes e Kant postos de parte, resta indagar se há de ser o historicismo o porto seguro desta viagem: devemos responder que não, se é de Hegel que falamos. A razão-mundo, que transforma o mundo ao transformar-se, não se sintetiza jamais: ela é contrapontística, mesclada e heterogênea; nada nela anuncia qualquer hipótese de unificação.

Sua pluralidade não a torna, entretanto, errática. Não há fundamento para a “ansiedade cartesiana” de que o conhecimento se dissolva em entropia: a verdade, tanto quanto o mundo, existe e **se produz como entendimento**, construído em condições comunicativas densamente radicadas e vividamente experimentadas. A circunstância de que os entendimentos se alterem reflete-se nas tantas travessias que empreendemos do rio de Protágoras, ou nas tantas narrativas, ciclicamente inconclusas, da história de Riobaldo.

Não obstante, é para buscá-lo (ao entendimento) que produzimos e interpretamos textos – “formas (reificadas) de cognição social”: âncoras na deriva simbólica.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. (1981). *The dialogic imagination*. Austin: University of Texas Press.
- DRUMMOND DE ANDRADE, C. (2001.[1934]). Soneto da perdida esperança. In: *Brejo das almas*. Rio de Janeiro: Record.
- FAUCONNIER, G. (1994). *Mental Spaces*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, G. (1997). *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, G. & SWEEESER, (1996). *Spaces, Worlds and Grammar*. Chicago: The University of Chicago Press.
- FAUCONNIER, G. & TURNER, M. (2003). *The Way We Think: Conceptual Blending and The Mind's Hidden Complexities*. Nova York: Basic Books.
- FREGE, G. (1966 [1892]). On sense and reference. In: GEACH, P. & BLACK, M. (eds). *Translations from the writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell.
- HUTCHINS, E. (1995). How a cockpit remembers its speed. *Cognitive Science*, 19: 265-288.
- HUTCHINS, E. (2002). *Material anchors for conceptual blends*. Apresentado na 5th Rasmus Rask Colloquium at the University of Southern Denmark. Disponível na web: [www.cogsci.ucsd.edu](http://www.cogsci.ucsd.edu).
- JOHNSON-LAIRD, P. (1981). *Mental models of meaning*. In JOSHI, M. et al (eds.). *Elements os discourse understanding*. Cambridge: Cambridge University Press.

- KOCH, I.G.V. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- KOENIG, Jean-Pierre. (1998). *Discourse and Cognition*. Standford, California: CLSI.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1999). *Philosophy in the Flesh*. New York: Basic Books.
- MARCUSCHI, L.A. (2001). Atos de referência na interação face a face. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. 37-54.
- MINSKY, M. (1986). *The society of mind*. New York: Simon and Schusters.
- MONTAGUE, R. (1974). *Formal philosophy*. New Haven: Yale University Press.
- PUTNAM, H. (1981). *Reason, truth and history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SALOMÃO, M.M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos de linguagem. *Veredas*, Revista de Estudos Lingüísticos, 4. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora. p. 61-79.
- SEARLE, J. (1969). *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TOMASELLO, M. (1999). *The cultural origins of human cognition*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- VARELA, F.; THOMPSON, E. & ROSCH, E. (1993). *The embodied mind*. Cambridge: The MIT Press.
- VYGOTSKY, L. (1978). *Mind in society: the development of higher psychological processes*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.